



A falta de financiamento para os serviços públicos é crucial para o entendimento da epidemia do Zika vírus.

Esta atual crise nos mostra, mais uma vez, que a falta de financiamento e as privatizações em massa dos serviços públicos de saúde levaram a uma falta de medidas representativas em relação às doenças contagiosas – das quais, combinadas com efeitos dos câmbios climáticos, se tornam ambientes perfeitos para sua proliferação.

Devido a declaração de emergência na saúde pública global, feita pela Organização Mundial da Saúde (OMS) devido a epidemia do Zika vírus, a Internacional de Serviços Públicos (ISP) levanta questões significativas do porquê esses surtos estão ocorrendo e porquê a comunidade internacional está demorando tanto para oferecer respostas representativas.

A ISP acredita que as respostas principais para essas ameaças são, um maior investimento nos serviços públicos e a melhora nas condições de trabalho dos servidores públicos.

“Somente por meio de uma completa e apropriada resposta do governo que podemos confrontar essas crises. Isso não pode estar nas mãos de indivíduos ou empresas privadas. De fato, esta falta de ação dos políticos, em conjunto das ações por parte de organizações privadas, levaram a inação em relação aos câmbios climáticos e às medidas de austeridade”, disse Rosa Pavanelli, secretária geral da ISP.

Ao examinar as prevenções conhecidas contra as doenças transmissíveis por mosquitos, como o Zika, existe uma clara evidência de que a qualidade dos serviços públicos corresponde a maior parte da solução.

A OMS define as medidas eficientes conhecidas para o controle do Zika – que é similar ao controle de outras doenças transmissíveis por mosquitos. Assim, a ISP afirma que a maior parte destas medidas devem ser levadas a cabo a partir de serviços controlados pelos governos, assegurando assim políticas rápidas, efetivas e responsáveis.

Por exemplo, os serviços dos governos locais exercem um papel central para o controle dos vetores de doença: garantir que o lixo seja removido reduz o risco de água parada, onde os mosquitos se reproduzem. Por outro lado, existem outros papéis para o Estado e os governos nacionais, como fiscalizar que as vias navegáveis estejam limpas e com peixes que possam comer as larvas dos mosquitos ou provendo a aplicação segura de inseticidas efetivos.

Existe também a responsabilidade dos governos em garantirem que a educação na área de saúde pública ocorra, dando o devido suporte aos trabalhadores da rede pública, para que eles possam identificar e reportar os casos, além de conseguir prover a apropriada educação às comunidades nas quais atuam. Dessa maneira, a população



pode tomar medidas pessoais preventivas. Estas medidas de saúde pública devem ser combinadas com outras iniciativas nessas comunidades, como prover equipamentos de proteção individual contra o mosquito, através, por exemplo, de provisões de inseticidas e mosquiteiros.

Por ultimo, existe um importante papel dos laboratórios governamentais na produção de vacinas em curto prazo e outros medicamentos com foco nas necessidades das comunidades nacionais, acima dos interesses de lucro da indústria farmacêutica privada.

Depois do Ébola

Esta última declaração de emergência na saúde pública global vem depois da crise do Ébola, que devastou comunidades no oeste africano, matando mais de 11.000 pessoas –segundo a OMC, pode ser uma estimativa abaixo dos números reais.

A maioria dos casos do vírus Zika não são fatais, porém, as preocupações residem nas diversas complicações decorrentes da exposição ao vírus. Enquanto os links entre o Zika e o grande número de casos de microcefalia no Brasil ainda não foram provados, a ISP assinala que essas crises de saúde, o Zika e o Ébola, partilham semelhanças alarmantes. São as comunidades que carecem de serviços públicos de qualidade as que estão em maior risco; também, são as comunidades em países em desenvolvimento, e aqueles mais atingidos por medidas de austeridade, especialmente mulheres e crianças que se caracterizam como os maiores grupos de risco.

A ISP argumenta que os políticos sejam responsabilizados em garantir que as regulamentações governamentais em relação à saúde pública sejam elaboradas, e que os serviços públicos sejam bem equipados para servir as necessidades das comunidades locais. Em caso de falha na aplicação dessas políticas, o que se espera é que episódios de crise como o Ébola e o Zika ocorram com maior frequência.

Assim, a ISP convoca os políticos para agir urgentemente com o objetivo de garantir serviços públicos de qualidade, para lidar com a atual crise e evitar problemas semelhantes no futuro. A ISP afirma que somente por via de serviços controlados pelo governo será possível resolver a questão do vírus Zika e evitar futuras crises.

A ISP pede:

- Condições de trabalho adequadas para os trabalhadores do setor público combaterem o Zika e outras doenças endêmicas;
- Financiamento público suficiente para prover medidas significativas e tratamento adequado para as pessoas afetadas;



- Um bom sistema de prevenção pública para controlar os mosquitos e vetores não humanos;
- A realização de uma administração participativa de força tarefa, onde governo, trabalhadores e a sociedade civil possam decidir em conjunto as melhores maneiras de combater o Zika e outras doenças.

Disponível em inglês em: <http://www.world-psi.org/en/lack-funding-public-services-plays-vital-role-zika-epidemic>